

PARECER JURÍDICO

Recorrente: Gimenez Martim Empreendimentos Imobiliários LTDA

Auto de Infração nº: 000118

Processo nº: 10.674/2018

Foi encaminhado a Procuradoria do Município pela Secretária de Meio Ambiente, recurso interposto pela Gimenez Martim Empreendimentos Imobiliários LTDA, requerendo parecer jurídico referente ao Auto de Infração nº 000118 em face do recorrente.

O citado Auto de Infração autuou a Gimenez Martim Empreendimentos Imobiliários LTDA, pois foi constatado pela fiscal ambiental Angélica Aparecida Cardoso Cortes que no Setor 26 Quadra 78, Lote 292 estava em chamas e que o contribuinte não possuía autorização do órgão ambiental para tal prática. Portanto foi aplicada autuação no valor de R\$ 950,57 (novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos) por infringir o Art. 1º da Lei Municipal nº 4.905/17 que dispõe “*Fica proibida a realização de queimada em lotes urbanos localizados no Município de Patrocínio.*”.

Em sua defesa, o recorrente alegou que a Lei nº 4.905 não trouxe a devida regulamentação por parte do Poder Executivo dentro do prazo estipulado, prevista no Art. 3º e que por esse motivo impede a eficácia da mesma.

Por fim, aduziu que o fogo não foi colocado por ele, não sabendo especificar quem havia colocado (não juntando provas), e que ainda a queimada depende de ação humana, que não pode ser realizado por uma pessoa jurídica como a recorrente. Alegou que por este motivo, não pode ser penalizado pelo ilícito em questão.

É o relatório. Passo à manifestação.

É fato que para a responsabilidade pelo dano ambiental, vigora a teoria da responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa para caracterização da responsabilidade civil, bastando existir o dano e o nexo causal.

O artigo 14, parágrafo 1º da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/81 estabelece que “*sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua*

atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.”

A responsabilidade do proprietário do imóvel em razão de ilícito ambiental é solidária, conforme Art. 2º do Decreto 3.479/2018. Nestes termos não há que se falar em qualquer excludente de responsabilidade do mesmo.

A Lei nº 4.905/2017, encontra-se regularizada pelo Decreto 3.469/2018 de 10 de abril de 2018.

Portanto, opino pelo **NÃO PROVIMENTO** do recurso apresentado pela Gimenez Martim Empreendimentos Imobiliários LTDA, uma vez que os argumentos mencionados na defesa são desprovidos de fundamentos técnicos e jurídicos, incapazes de descaracterizar o auto de infração em questão, mormente porque o Recorrente não apresentou documentos que comprovem suas alegações.

É o parecer.

Patrocínio-MG, 21 de junho de 2018.



Mateus Brandão de Queiroz
Supervisor de Setor
OAB/MG 174.364